

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2009 - NÚMERO VINTE E SEIS:-----

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezassete horas e cinquenta minutos.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número dezoito, datado de vinte e nove de Janeiro de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de trezentos e onze mil setecentos e vinte e cinco euros e vinte e três cêntimos.-----

Foi aprovada por unanimidade, a acta da reunião de Câmara de dezasseis de Janeiro do ano dois mil e nove.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Iniciou-se com intervenção do Vereador Mário Pereira, que alertou para o facto de continuar a chover no novo ginásio da Escola E.B.2,3/S de José Relvas, manifestando o testemunho de alguns relatos que apontam fissuras nas paredes do mesmo edifício, bem como o perigo que representam as lâmpadas na cobertura, susceptíveis de se quebrarem por efeito de alguma bola que lá possa bater. O Vereador referiu que este assunto já havia sido levado à Assembleia Municipal e que, na altura, o Vereador Ferreirinha disse que o assunto teria de ser tratado junto da empresa que construiu o referido ginásio. No entanto, segundo o Vereador, o prazo para reclamações junto da referida empresa estará a terminar ou já terá mesmo terminado. O Vereador pretendia conhecer o andamento do problema.-----

Já em relação à revisão do PDM, assunto que já há algum tempo não é abordado em Reunião de Câmara, o Vereador pediu ao Executivo que fizesse um ponto de situação.-----

O Vereador apresentou outra questão que se prende com a construção da habitação social na zona da Bagageira. Segundo acrescentou o Vereador, o prazo para o início da construção também já estará esgotado sem que existam indícios de que as obras comecem a avançar.-----

Em seguida, o Vereador referiu-se a uma notícia publicada no jornal "O Mirante" que noticia a instalação de uma antena de telemóveis na Zona Industrial que terá suscitado uma acção por parte da Autarquia no sentido de embargar essa obra, havendo mesmo possibilidade de se iniciar o processo de reversão do lote. O Vereador pediu esclarecimentos relativamente a este assunto, lamentando o que considera um lapso interno, que consistiu no deixar ultrapassar do prazo a partir do

qual se considera tacitamente diferido o processo.-----

Em relação ao acesso à entrada traseira na Escola E.B.1/J.I., o Vereador tem recebido reclamações de alguns pais que se queixam da lama e poças de águas nesse local, e agora com as chuvas a situação piorou. O Vereador sugeriu que se fizesse uma intervenção, dentro das possibilidades da autarquia, no sentido de corrigir a situação.-----

A última questão apresentada pelo Vereador disse respeito à estátua dedicada ao povo de Alpiarça, que há mais de dez anos está pronta e que nunca foi colocada. Segundo as últimas informações de que dispõe, estaria previsto ser colocada na Praça Velha, após a intervenção que este espaço iria supostamente sofrer. O Vereador mostrou-se preocupado com a situação, até porque já lhe chegaram informação que indicavam que a própria estátua já estaria danificada.-----

Interveio de seguida o Vereador Mário Peixinho, que alvitrou que os alugueres dos contadores de água poderiam estar a ser taxados com um IVA ilegal, sugerindo ao Vereador Ferreirinha que se inteire da situação no sentido de desfazer a dúvida.----

Posto o que tomou a palavra a Senhora Presidente para responder às questões colocadas.-----

Em relação às habitações a custos controlados na Bagageira, a Presidente esclareceu que dará conta com a brevidade possível de qual a situação do processo, acrescentando que é de todo o interesse que ele avance. Esclareceu que aconteceram algumas situações próprias deste tipo de processo que o atrasaram, nomeadamente no que se refere a autorizações, etc., mas que a Autarquia estaria finalmente em condições de o fazer avançar.-----

Quanto à questão da antena da Vodafone na Zona Industrial, a Presidente referiu que não acompanhou de início o processo, mas que efectivamente existem problemas cuja solvência poderão levar à intervenção judicial. Nesse sentido a Câmara pediu um parecer jurídico sobre toda a situação corrente para perceber qual será o melhor caminho a percorrer face aos factos que a Câmara conhece – sendo que há factos que são ainda desconhecidos em profundidade pela Autarquia. Esclareceu ainda que um subarrendamento é uma situação ilegal face ao regulamento da Zona Industrial. A Presidente referiu que estava empenhada para que a legalidade seja reposta, mas que para isso precisa de conhecer os factos.-----

No que respeita à E.B.1/J.I, de facto a Autarquia criou condições para que a escola tivesse duas entradas, possibilitando uma via alternativa de acesso à mesma e facilitando a circulação dos pais. Acontece que o piso não é o melhor, mas também é cedo para fazer conjecturas sobre o que poderá ali acontecer. No entanto, a Presidente comprometeu-se no sentido de tentar encontrar a solução que melhor se adeque ao problema.-----

Em relação à estátua dedicada ao povo de Alpiarça, a Presidente não corrobora da opinião de que a mesma se encontre danificada. Esclareceu que é evidente que o Município tem interesse que Alpiarça usufrua dessa obra. Mas precisamente por

considerar que essas situações devem ser enquadradas devidamente é que não se poderá colocar a estátua num sítio qualquer. Foi abordada em reunião de Câmara a possibilidade de a estátua ser colocada no Largo Vasco da Gama e a Presidente adianta que é um assunto que está a ser analisado presentemente, assim como está a ser analisada presentemente a data para o avanço da reconversão desse Largo. Pelo facto de nos encontrarmos no início do ano, cabe à Autarquia analisar, dentro das possibilidades e da sua realidade, o que poderá ser executado de imediato e o que terá de aguardar mais disponibilidade. Adiantou ainda que existem uma série de projectos que estão em cima da mesa para esse fim.-----

Para responder às questões directamente com ele relacionadas, tomou a palavra o Vereador Ferreirinha. Não sem antes acrescentar, no que toca ao Largo Vasco da Gama, que a questão veio a Reunião de Câmara e os Vereadores eleitos pela CDU sabem que a estátua é para colocar no referido espaço. O Vereador explicou que foi aberto concurso e que só não foi adjudicado porque o projecto excedeu os limites previstos no concurso limitado que à data era de 125.000,00€. Foi decidido rectificar o projecto e abrir novo concurso.-----

Respondendo à questão sobre o pavilhão na Escola E.B 2,3/S de José Relvas, o Vereador disse que podia fazer chegar aos vereadores toda a documentação que está na sua posse. Disse que lhe chegou uma reclamação por parte do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas e que a Autarquia entrou em contacto com o empreiteiro que reconheceu existirem fissuras no edifício provocadas por cedência do mesmo. Chove no pavilhão porque havia necessidade de ventilação na cumeeira, problema que iria ser rectificado. Já em relação às lâmpadas do tecto, foi reconhecido que se tratava de um erro de projecto, que teria de ser colmatado. O Vereador esclareceu que a indicação que tem é de que a situação das fissuras e da chuva já tinha sido resolvida, mas se continua é uma questão de se inteirar da situação. Em relação à garantia da obra, esta tem uma garantia de 5 anos. Contudo, passado esse tempo, o empreiteiro pede a recepção definitiva da obra e a Autarquia só procederá à recepção da mesma definitiva se esta estiver em condições.-----

Fazendo agora o ponto de situação no que toca ao PDM, o Vereador explicou que o PDM tem 3 fases, sendo que a primeira fase que diz respeito à caracterização está completa, o levantamento já foi efectuado, porém só se poderá fazer a segunda reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM quando sair em Diário da República a nova constituição da Comissão, uma vez que a legislação mudou e a Autarquia se viu obrigada a fazer uma nova proposta. Entretanto, antes de ser publicado o Presidente da CCDR achou por bem que se deveria incluir o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, opinião partilhada pelo Vereador, e assim o executivo encontra-se à espera da publicação da nova constituição. O Vereador adiantou ainda que a equipa de projectistas já se encontra a avançar com a segunda fase para que na próxima reunião da nova Comissão já possam ser

discutidas essas propostas.-----

Quanto à questão dos alugueres dos contadores, o Vereador esclareceu que quando se optou por este tarifário (opção comum à maioria das Câmaras) e apareceu a taxa de 20% sobre o aluguer e 5% sobre a água, perguntou porque é que não era a mesma taxa e o que lhe foi dito foi que, de acordo com o código do IVA, o tipo de serviço tinha de ter taxa normal. No entanto o Vereador vai verificar a situação.----

Por último, tomou novamente a palavra a Senhora Presidente para dar conta aos vereadores do andamento do processo de transferência de competências na educação.-----

Referiu que esteve na Câmara o Director Regional Adjunto para acertar alguns pontos que se prendiam com a necessidade de garantir todos os direitos e bonificações dos funcionários que a Câmara recebeu e a quem já pagou este mês de Janeiro, e prendiam-se também com a gestão diária das pessoas com os recursos de que a Câmara dispõe, que agora estão visivelmente alargados, de modo a não permitir que qualquer tipo de contingência traga prejuízo para o normal funcionamento das escolas. Assim, a Câmara elaborou um plano de acção interno a implementar nas escolas já a partir de segunda-feira, plano esse que terá inicialmente um período experimental. A Presidente disse também que ainda haviam questões a esclarecer com DREL, designadamente no que respeita ao edifício. Uma vez que para além dos recursos humanos, é preciso assegurar a manutenção do edifício. E o edifício da E.B. 2,3/S não está em condições de ser transferido tal como está. A Presidente acrescentou ainda que reuniu também com a Associação de Pais no sentido de partilhar com os encarregados de educação os acontecimentos e pedir à Associação que esta também partilhasse das decisões que a Câmara tomasse no que respeita à Educação.-----

O Vereador Mário Pereira perguntou se o protocolo definitivo só viria a reunião de Câmara quando estas questões estivessem todas definidas.-----

A Presidente esclareceu que existe um primeiro acordo assinado aquando da apresentação da transferência de competências. Mas para regulamentar as intenções que estão plasmadas nesse acordo é preciso aferir essas questões, nomeadamente a manutenção do edifício, uma vez que a questão do pessoal não-docente já está tratada.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Fernando Manuel dos Santos – Solicitou oferta de uma medalha ou guião do Concelho de Alpiarça para a sua colecção particular.-----

A Senhora Presidente informou que tinha sido enviado ao Senhor alguns folhetos e um catalogo da Casa dos Patudos.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Plantiagro – Renovação do Contrato de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Lezíria do Tejo.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou o assunto.-----

O Vereador Mário Pereira questionou sobre a qualidade do serviço prestado pela referida empresa, que não lhe parece ser a melhor e sugeriu que esse serviço fosse assegurado pela Junta de Freguesia.-----

O Vereador Ferreirinha explicou que, quando algo não corre tão bem é comunicado à empresa para que seja resolvido. Adiantou ainda que já reuniu com a empresa para delinear os trabalhos. Quanto ao facto de ser a Junta de Freguesia a assegurar estes serviços, explicou que pelo valor contratado a Junta não tinha condições para o fazer. A Junta ficou então com a responsabilidade do Jardim Municipal e do Jardim da Casa dos Patudos, no entanto presentemente não tem condições para assegurar a manutenção do Jardim do Museu ficando só com a conservação do Jardim Municipal.-----

A Presidente da Câmara referiu ainda que a parceria com a Junta de Freguesia continua até porque a Junta, este ano, irá acompanhar e fiscalizar o trabalho desenvolvido pela empresa. Esclareceu também que a contratação destes serviços através da CIMLT consegue-se com menos custos.-----

Deliberado por maioria, com 2 votos contra dos Vereadores da CDU, Mário Pereira e Mário Peixinho, renovar o contrato com a Plantiagro por mais um ano, conforme informação jurídica, datada de 28 de Janeiro de 2009.-----

Os Vereadores da CDU apresentaram Declaração de Voto, que se transcreve: "Votámos contra a renovação do contrato entre o Município de Alpiarça e esta empresa privada por considerarmos que a sua concretização se situa numa lógica de criação de condições para a progressiva privatização de serviços públicos. Neste caso, manutenção e conservação dos espaços verdes, consideramos que a qualidade do serviço a prestar poderá ser substancialmente mais elevada se for prestado pelas Autarquias (Câmara ou Junta de Freguesia), bem como garantidos os postos de trabalho na área do Concelho".-----

OBRAS:-----

- Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça. Aprovação do Anuncio de Procedimento, Programa de Concurso e Cabimentação.-----

O Vereador Mário Pereira interveio para fazer uma proposta no que respeita aos critérios de adjudicação. Segundo o Vereador, o documento divide os critérios de escolha em dois factores: o preço da proposta (50%) e qualidade técnica (50%). Este último critério está dividido em dois sub-factores. A proposta do Vereador vai no sentido de desdobrar o último dos sub-factores em duas sub-unidades: memória descritiva e justificativa do modo de execução, por um lado, e qualidade do plano de segurança e saúde, por outro, sendo que a cada uma das sub-unidades caberia 12,5% da ponderação.-----

A Presidente perguntou ao Vereador o que é que justificaria essa alteração, que vantagens traria.-----

Pelo que o Vereador Mário Pereira respondeu que tal como está a percentagem de ponderação na escolha está diluída nestes dois aspectos, que não são a mesma coisa. Dividindo estes dois o critério da qualidade técnica ficaria sub-dividido em três factores diferentes.-----

O Vereador apresentou ainda uma outra proposta. Esta proposta consistiria na alteração dos termos da alínea a), na página 8 do Concurso, no ponto 18.3, que tem que ver com a capacidade técnica dos concorrentes. O Vereador propõe que em vez de "uma obra de idêntica natureza", deveria constar "3 obras de idêntica natureza". O Vereador justifica a alteração explicando que já que a intenção é encontrar alguém com experiência, a realização de uma só obra não será suficiente para comprovar essa experiência. Já em relação ao valor dessas obras precedentes, no documento aparece "de valor não inferior a 500.000,00€", e segundo o Vereador o valor mínimo não deverá ser inferior a 1.000.000,00€, que é o valor da obra que se pretende realizar na Casa dos Patudos.-----

A Presidente manifestou a sua surpresa pela proposta do Vereador, uma vez que não supunha da parte de um vereador eleito pela CDU que exigisse tamanhos critérios que cerceariam a oportunidade a empresas de menor dimensão e/ou a novas empresas.-----

O Vereador Mário Pereira disse já contar com esse comentário, mas o que na verdade está em causa é a especificidade da obra e a importância que o edifício tem para o Concelho.-----

Para comentar a proposta do Vereador Mário Pereira, tomou a palavra o Vereador Ferreirinha que explicou que essas normas nos concursos não são puro arbítrio dos vereadores; o que a lei diz é que a empresa que ganhar o concurso tem de ter feito pelo menos uma obra de valor não inferior a 50% do valor da obra em concurso. Se se fixar estes valores acima do que define a lei os concorrentes poderão recorrer do concurso público. Isto é, havendo critérios mínimos estipulados pela lei, a Câmara não pode exigir critérios superiores aos critérios mínimos. Todo o concorrente que cumpra os requisitos mínimos tem o direito de se candidatar.-----

Respondendo concretamente à primeira proposta, o Vereador disse não ver nenhuma vantagem nessa subdivisão.-----

O Vereador Mário Pereira insistiu dizendo que a sub-divisão da alínea não impede que se corresponda da mesma forma aos critérios para ela definida.-----

O Vereador Ferreirinha corroborou a asserção do Vereador, mas disse que a memória descritiva e justificativa do modo de execução e a qualidade do plano de segurança e saúde estão intimamente ligados, não se justificando por isso a sua separação.-----

Deliberado por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com a aprovação do Anuncio de Procedimento, Programa de

Concurso e Cabimentação. Dar andamento ao assunto.-----

- Maria do Céu Arranzeiro e Outros - Operação de Destaque de Prédio Urbano. Emissão de Certidão. Informação do Serviço Técnico de Obras nº538/2008 de 03 de Novembro. Informação Jurídica, presente no próprio documento, datada de 14/01/2009.-----

Deliberado por unanimidade emitir a certidão requerida de acordo com o parecer da Senhora Consultora Jurídica.-----

- Diamantino Lopes Pereira - Operação de Destaque de Prédio Urbano. Emissão de Certidão. Informação S.T.O. Nº 42/2009 de 23 de Janeiro. Informação Jurídica datada de 28 de Janeiro de 2009.-----

Deliberado por unanimidade emitir a certidão requerida de acordo com o parecer da Senhora Consultora Jurídica datado de 28/01/09.-----

ÁGUAS:-----

- António da Costa Martinho - Solicita pagamento de factura de água em três prestações.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em três prestações mensais.-----

- António Correia Rama - Solicita pagamento de factura de água em três prestações.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em três prestações mensais.-----

- Festejar a Vida – Casa de Repouso e Lar, Lda - Solicita pagamento de factura da água em duas prestações.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em duas prestações mensais.-----

- José Clara Abaladas - Solicita pagamento de factura da água em três prestações.-

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em três prestações mensais.-----

- Mónica Isabel Santos Ferreira - Solicita pagamento, em prestações, da instalação de ramal de água. Informação nº 2/2009 do Serviço de Águas.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em prestações mensais, no máximo de seis, conforme consta na informação da Secção de Águas.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ALTERAÇÃO Nº. 01 (ratificação do despacho do Senhora Presidente da Câmara, de 2009/01/20).-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores da CDU, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara de 20/01/2009.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – ALTERAÇÃO Nº. 01 (ratificação do despacho do Senhora Presidente da Câmara, de 2009/01/20).-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores da CDU, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara de 20/01/2009.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

Proposta 03/PCA/2009 – Carnaval 2009.-----

Considerando que:-----

- No sentido de manter viva a tradição do genuíno e popular Carnaval de Alpiarça, a Câmara Municipal de Alpiarça organiza o Cortejo de Carnaval no próximo dia 24 de Fevereiro de 2009;-----
- Para o ano de 2009 não se fornecerá material para construção de carros alegóricos, pelo que o montante a atribuir a cada carro alegórico / grupo de mascarados será €120,00 (Cento e Vinte Euros), pagos em duas tranches;--
- No ano de 2008 participaram no Corso Carnavalesco 12 carros alegóricos;---
- Nesse mesmo ano foi atribuído a cada carro alegórico um montante de €75,00 (Setenta e Cinco Euros) e material para construção do mesmo;-----

Propõe-se:-----

- Autorização para atribuir um apoio de €1.440,00 (Mil Quatrocentos e Quarenta Euros) a distribuir por 12 carros alegóricos / grupos de mascarados;-----
- Este encargo tem cabimento na RO 04/04.07.01 da orgânica 04.-----

A Senhora Presidente da Câmara colocou à apreciação, dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, a votação ou não da referida proposta que não constava da Ordem do Dia.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho concordaram em apreciar o assunto.--

Deliberado por unanimidade concordar com a Proposta apresentada.-----

INFORMAÇÕES:-----

Não houve intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Presidente da Câmara, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----

